

As lacunas na gestão de recursos hídricos sob a perspectiva de povos e comunidades tradicionais no Pantanal sul-mato-grossense

Gaps in water resources management from the perspective of traditional peoples and communities in the Pantanal of Mato Grosso do Sul

Josiane FELIPE¹, Synara BROCH², Áurea GARCIA³, Rafaela NICOLA⁴

¹ Engenheira Ambiental, josianebarbosa.engenharia@gmail.com

² Professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) na Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Geografia (FAENG), synara.broch@gmail.com

³ Doutoranda em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), aureasgarcia@gmail.com

⁴ Mestre em Ecologia e Conservação, Diretora Executiva da Wetlands International no Brasil, rafaela.nicola.eco@gmail.com

RESUMO: No Pantanal sul-mato-grossense, situado na Bacia do Alto Paraguai, o modo de vida de povos e comunidades tradicionais está intimamente ligado aos recursos hídricos locais, pois vivem e desenvolvem seus valores econômicos, culturais, sociais, religiosos e ancestrais subsidiados pelas águas da região. Com o objetivo de identificar as lacunas da gestão hídrica que afetam as comunidades tradicionais que vivem na região do pantanal sul-mato-grossense, foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória por meio da análise de entrevistas realizadas junto a ribeirinhos, isqueiros, pescadores e quilombolas nas cidades de Corumbá, Coxim, Sonora e Pedro Gomes, no estado de Mato Grosso do Sul, situado no Brasil. A análise foi embasada em referências bibliográficas com o intuito de correlacionar os resultados obtidos pelas entrevistas e as situações presenciadas em campo com as ações propostas no Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai. A pesquisa de campo foi realizada no âmbito das atividades do Programa Corredor Azul, da Wetlands International, promovido no Brasil com o apoio da organização não governamental Mulheres em Ação no Pantanal. A atividade mostrou problemas pontuais de acesso à água potável, uma vez que não há serviço de saneamento básico. Foram observadas alterações nas atividades econômicas de pesca e conflitos pelo uso da água. Conforme relatos dos entrevistados, a construção de barragens é a principal causa para a diminuição dos estoques pesqueiros evidenciado pelos mesmos. Há incipiente participação dos membros dessas comunidades nos colegiados de gerenciamento de recursos hídricos. Concluiu-se que os conflitos potenciais e existentes pelo uso das águas no pantanal sul-mato-grossense atingem as comunidades tradicionais de maneira distinta não apontada na aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão de recursos hídricos em tramite. Sendo assim, há indicativo de que abordagens que acompanhem as necessidades e particularidades dessas comunidades tradicionais sejam necessárias para a manutenção do modo de vida de povos e comunidades tradicionais da região.

Palavras-Chave: plano de recursos hídricos, gestão, povos e comunidades tradicionais

ABSTRACT: In the Pantanal of the state of Mato Grosso do Sul, located in the Upper Paraguay Basin, the way of life of traditional peoples and communities is closely linked to local water resources, as they live and develop their economic, cultural, social, religious and ancestry values subsidized by the waters of the region. In order to identify water management gaps that affect traditional communities living in the Pantanal region of Mato Grosso do Sul, an exploratory qualitative research was conducted through the analysis of interviews with riverine people, live bait collectors, fishermen and quilombolas. The research was conducted in the cities of Corumbá, Coxim, Sonora and Pedro Gomes, all in the state of Mato Grosso do Sul. The analysis was based on bibliographical references in order to correlate the results obtained by the interviews and the situations witnessed in the field with the actions proposed in the Water Resource Plan of the Paraguay Hydrographic Region. The field research was carried out under the activities of the Wetlands International, Corredor Azul Programme, promoted in Brazil with the support of the non-governmental organization Women in Action in the Pantanal. The activity showed occasional problems of access to drinking water, since there is no basic sanitation service. Changes in economic fishing activities and conflicts over water use were observed. According to interviewees' reports, the construction of dams is the main cause for the decrease in fish stocks evidenced by them. Members of these communities are incipiently participating in water management collegiate bodies. It was concluded that the potential and existing conflicts over the use of water in the Pantanal of Mato Grosso do Sul reach the traditional communities in a different way than in the application of the water resources planning and management instruments. Therefore, there is an indication of which approaches that meets the needs and particularities of these traditional communities are necessary to maintain the livelihoods of the region's traditional peoples and communities.

Keywords: Water Resource Plan, management, traditional people and communities

Este artigo é parte integrante da *Revista Recursos Hídricos*, Vol. 42, N.º 2, 49-53 dezembro de 2021.

© APRH, ISSN 0870-1741 | DOI 10.5894/rh42n2-cti5

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o Decreto Federal nº. 6.040/2000 define que povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e se reconhecem como tais, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Os povos e comunidades tradicionais encontradas no Pantanal são compostos por ribeirinhos, isqueiros, pescadores artesanais, quilombolas e indígenas.

O Pantanal é considerado uma das maiores extensões de áreas alagadas do planeta e faz parte da Bacia do Alto Paraguai (BAP). Essa bacia possui área de cerca de 600 mil km², abrangendo parte do território brasileiro (aproximadamente 360 mil km² - 61% da área total), e parte dos territórios do Paraguai (138 mil km² - 23%) e da Bolívia (96 mil km² - 16%). O Pantanal foi declarado Patrimônio Nacional pela Constituição Brasileira de 1988, sítio designado como área de relevante importância internacional pela Convenção de Áreas Úmidas RAMSAR, no ano de 1993, e Reserva da Biosfera pela UNESCO, no ano de 2000 (ANA,2018).

Em sua porção brasileira, o Pantanal está inserido na Região Hidrográfica do Paraguai conforme demonstra a Figura 1, abrangendo parte dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e segundo IBGE (2004) possui área total aproximada de 150.355 km². A gestão hídrica nessa área úmida tem uma importância singular, pois a sustentação dos serviços ecossistêmicos do dessa área úmida está intimamente ligada aos recursos hídricos da região. O desenvolvimento da fauna, flora e população dependem do regime hidrológico da planície, caracterizado pela variabilidade espacial e sazonal das inundações (TUCCI, 2005).

Em nível nacional brasileiro, o arcabouço legal da questão hídrica é constituído principalmente pela Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH), instituídos pela Lei Federal nº 9.433/97. O Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai é o mais recente instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, aprovado em 2018 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). O mesmo surgiu com o objetivo de apresentar um diagnóstico quali-quantitativo da disponibilidade hídrica na Região Hidrográfica do Paraguai, um prognóstico e propor um plano de ações. Esse Plano é de grande importância para a sociedade e principalmente para a população moradora na região. Na Região Hidrográfica do Paraguai, onde está inserido o Pantanal em território brasileiro, as populações

tradicionais apresentam uma grande relação de interdependência com os recursos hídricos (ANA, 2018).

O estado de Mato Grosso do Sul possui grande disponibilidade hídrica, permitindo assim o uso múltiplo da água (irrigação, indústria, abastecimento, navegação, entre outros). Porém, apesar da disponibilidade, há conflitos pelo uso d'água relacionado majoritariamente a questões socioambientais (BROCH, 2003; PERH, 2010).

O presente trabalho buscou identificar as lacunas na gestão hídrica que afetam as comunidades tradicionais que vivem na região do pantanal sul-mato-grossense.

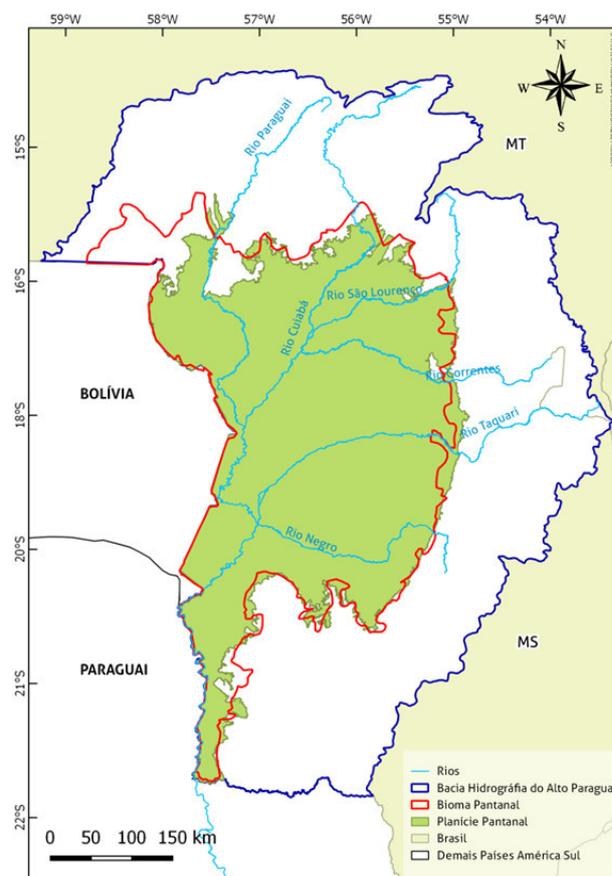


Figura 1. Localização do Pantanal na Região Hidrográfica do Paraguai no Brasil.

2. METODOLOGIA

Para elaboração do estudo foi realizada a análise de entrevistas realizadas com comunidades tradicionais no Pantanal sul matogrossense. As entrevistas foram realizadas no âmbito das atividades do Programa Corredor Azul da Wetlands International, promovido no Brasil com o apoio da organização não governamental Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan). O Programa Corredor Azul tem como objetivo preservar a saúde ambiental e a

conectividade do sistema de áreas úmidas Paraná-Paraguai, como patrimônio natural para o sustento e subsistência das comunidades locais, e para o desenvolvimento sustentável da região.

De acordo com Catalao (2012) a água deve ser estudada sob uma ótica transdisciplinar, que relacione seus diversos aspectos de produção, preservação e consumo, levando-se em conta a realidade social e cultural das comunidades. O objetivo das entrevistas realizadas com a prática de storytelling – método que consiste na transmissão de uma história por meio de palavras, sons ou imagens – foi identificar a relação da população de comunidades tradicionais com os recursos hídricos da região, regime hídrico característico de inundações do Pantanal e conflitos socioambientais relativos ao uso da água. As atividades de campo foram realizadas nas cidades de Corumbá, Coxim, Pedro Gomes e Sonora, todas localizadas no estado de Mato Grosso do Sul.

A análise pós-atividade de campo consistiu no levantamento das ferramentas de gestão hídrica vigentes na região e percepções das comunidades com as mesmas. Realizou-se a relação dos conflitos relatados pelas populações com as ações propostas no Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai. Considerou-se também a presença de palavras-chave no PRH-Paraguai e em documentos afins, de forma a levantar aspectos socioambientais considerados nessa ferramenta de gestão hídrica em âmbito regional.

A pesquisa documental e análise de dados secundários também ocorreram em documentos relacionados aos recursos hídricos locais, como planos de bacia hidrográfica, Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e atas de comitês de bacias hidrográficas da Região Hidrográfica do Paraguai. Em Mato Grosso do Sul, apenas duas bacias hidrográficas possuem seus planos de bacia elaborados: bacia hidrográfica do rio Miranda e bacia hidrográfica do rio Ivinhema. Das quatro cidades visitadas na atividade de campo apenas a cidade de Corumbá pertence à bacia hidrográfica com plano elaborado, a bacia do rio Miranda.

3. RESULTADOS

Durante nove dias foram realizadas entrevistas com cerca de 30 indivíduos na região de estudo, tais diálogos foram realizados com ribeirinhos, isqueiros, pescadores, garimpeiros artesanais e quilombolas. Na cidade de Coxim, na região norte do estado de Mato Grosso do Sul, as comunidades tradicionais de pescadores têm grande parte de sua renda

familiar atrelada à venda de pescado e relataram a diminuição do número de peixes na região ao longo dos anos. Atribuem esse fenômeno às intervenções de proprietários agropecuários nos arrombados (como é conhecido o processo de quando o rio, por causa do assoreamento, ultrapassa as margens e inunda as áreas contíguas) do rio Coxim e Jauru. A prática que se referem consiste na construção de diques para evitar os arrombados.

Já na região oeste do estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Corumbá, grande parte da renda das comunidades ribeirinhas é proveniente do comércio de iscas vivas e não relataram mudanças nas atividades econômicas devido a possíveis mudanças oriundas de impactos ambientais nos corpos hídricos da região. Porém, foram observados problemas pontuais de acesso à água potável, uma vez que não há serviço de saneamento básico, e de onde captam a água para o consumo humano há a presença de fontes de cargas poluentes produzidas, muitas vezes, pela própria comunidade.

Nas cidades de Sonora e Pedro Gomes, no norte do estado de Mato Grosso do Sul, foram visitadas comunidades quilombolas, com moradores autônomos também ribeirinhos. Entretanto, durante a visita de campo e diálogos não foram relatados conflitos relacionados aos usos dos recursos hídricos locais.

No Pantanal, também há conflitos hídricos referentes à construção de obras hidrelétricas, que afetam as comunidades tradicionais. Em 2018 a Agência Nacional de Águas (ANA) suspendeu até o ano de 2020 as outorgas de direito de uso de recursos hídricos para novos empreendimentos hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai, que inclui o Pantanal (ASCOM/ANA, 2018). O embargo das novas outorgas fica condicionado aos resultados dos estudos coordenados pela ANA, que compreende pesquisas multidisciplinares nos campos de hidrologia, hidrosedimentologia, ictiofauna, socioeconomia, dentre outros. Para Calheiros *et al* (2009) a avaliação ao licenciamento dessas obras deve considerar as sinergias espaço-temporais, de modo a garantir o funcionamento hidro-ecológico do Pantanal, uma vez que empreendimentos no planalto da Região Hidrográfica do Paraguai podem alterar o regime de inundações sazonais e interanuais de toda a planície pantaneira.

Tal suspensão da agência reguladora é consequência dos resultados obtidos pela implementação de uma das ações identificadas como necessárias no Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH Paraguai), documento base de análise pós-atividade de campo. As metas

prioritárias do PRH Paraguai são definidas em quatro componentes estratégicos, sendo esses: Governança para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos; Implementação e Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos; Solução de Conflitos pelo Uso dos Recursos Hídricos; e Conservação dos Recursos Hídricos.

O PRH-Paraguai inovou em sua formulação e possui também um Manual Operativo (MOP), que possui formato e conteúdo direcionados a instrumentalizar os primeiros passos da implementação do PRH, com detalhamento das atividades de curto prazo. Porém, apesar da elaboração do PRH contar com diagnóstico e consultas populares, as metas previstas não alcançam de forma direcionada as necessidades e particularidades desses indivíduos culturalmente diferenciados.

O Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Miranda aborda povos e comunidades tradicionais de forma pontual na caracterização da bacia e programas governamentais existentes, além de menção das comunidades ribeirinhas nas recomendações para o setor de Pesca e Aquicultura.

A incipiente participação dos membros dessas comunidades nos colegiados de gerenciamento de recursos hídricos também foi observada na pesquisa. Um exemplo é a vacância da vaga destinada a comunidade indígena no Comitê de bacia hidrográfica do rio Miranda, durante várias gestões do colegiado. A participação dessas comunidades em espaços de tomada de decisão da gestão hídrica pode fortalecer o comitê, com representações legítimas e atuantes para com as suas necessidades. Segundo apresentado por Damasceno *et al* (2017), tão quanto seja maior a participação social na elaboração e monitoramento das políticas públicas, tanto maior será o gerenciamento de riscos que influenciam a saúde humana e as funções do ecossistema numa perspectiva ambiental e social, muito pouco defendidas tanto pelo marco legal, quanto pelas ações governamentais.

Os desafios atuais da gestão hídrica na planície pantaneira, especialmente no que se refere a comunidades tradicionais, são majoritariamente relacionados aos conflitos gerados pelos impactos socioeconômicos e ambientais oriundos da instalação de obras de infraestrutura e de empreendimentos hidrelétricos. Entretanto, outros problemas hídricos também afetam esses grupos.

CONCLUSÃO

As atividades realizadas em campo permitiram observar os conflitos relativos aos recursos hídricos que afetam os povos e comunidades tradicionais na

região do Pantanal sul-mato-grossense. Os mesmos não possuem suas particularidades atendidas nos instrumentos de planejamento de recursos hídricos da região. Dessa forma, para que atenda as ações da gestão hídrica e a perspectiva dessas comunidades, as abordagens necessitam acompanhar as suas particularidades. Como a água possui papel fundamental para a produção e reprodução social dessa população, a manutenção dos modos de vida, no que tange aos recursos hídricos locais, pode também contribuir para a conservação dos cursos d'água e a eficiente gestão hídrica no Pantanal sul-mato-grossense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai: Relatório Final / Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2018.

ASCOM/ANA – ANA interrompe temporariamente concessão de outorgas para novas hidrelétricas na Região Hidrográfica do Paraguai. 2018. Disponível em: < <https://www.ana.gov.br/noticias/ana-interrompe-temporariamente-concessao-de-outorgas-para-novas-hidreletricas-na-regiao-hidrografica-do-paraguai>> Acesso em: jun/2019

BRASIL – Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9433-8-janeiro-1997-374778-norma-pl.html>>. Brasília, 8 de janeiro de 1997; Acesso em: mar/19

BRASIL – Decreto nº6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: mar/19

BROCH, Synara Aparecida Olendzki.. Mato Grosso do Sul. A fronteira é hídrica no Estado das Águas. Revista Techno, Basil, p. 200-201, 2003.

CALHEIROS, Débora Fernandes [et al.] – Influências de usinas hidrelétricas no funcionamento hidro-ecológico do Pantanal Mato-Grossense – recomendações. Embrapa Pantanal-Documents (INFOTECA-E), 2009. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/>>

publicacao/812813/influencias-de-usinas-hidretricas-no-funcionamento-hidro-ecologico-do-pantanal-mato-grossense---recomendacoes> Acesso em: jun/2019

CATALAO, V. M. L.; IBANEZ, M. S. R. (Org.). *Água e Transdisciplinaridade : para uma ecologia de saberes*. 1ª. ed. Brasília - DF: Senado Federal, 2012. v. 1. 246p

DAMASCENO, Ângela Patrícia Deiró [et al.] – Comunidades tradicionais nas escalas da política das águas na bacia do rio São Francisco. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 9, n. 23, p. 31-56, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa de Biomas e de Vegetação*. 2004. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>

JÚNIOR, José de Sena Pereira – *Recursos Hídricos: conceituação, disponibilidade e usos*. Brasília: Biblioteca Digital Câmara, 2004. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema14/2004_2687.pdf>. Acesso em: abr/19

PERH, Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul *Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Editora UEMS, 2010, ISBN: 978-85-99880-24-1.

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli – *Recursos hídricos do Pantanal*. Instituto de Pesquisas Hidráulicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2005.